

Aspectos críticos do debate sobre a relação entre cultura e desenvolvimento

RESUMO

O objetivo deste artigo é colocar em discussão alguns pontos constitutivos do debate construído em torno da relação entre cultura e *desenvolvimento*. Nosso interesse maior é apresentar algumas ideias contra a corrente, referentes às maneiras pelas quais se tem falado sobre esses dois termos colocados em relação de certo modo inter-causal. Assim, a partir de uma discussão sobre as condições em que emerge o papel da cultura nos processos de produção/indução/obstrução do que tem sido chamado de *desenvolvimento*, bem como sobre as maneiras pelas quais a implementação de estratégias, modelos e políticas de *desenvolvimento* leva em consideração a variável *cultura* e seus efeitos sobre as coletividades por elas definidas como alvo, apresentamos uma breve análise de um exemplo de discurso consagrado sobre a relação aqui focalizada e uma sugestão de pontos para uma agenda de pesquisa à qual os interessados no tema são convidados a questionar e contribuir.

Palavras-chave

Cultura, desenvolvimento, políticas públicas de cultura.

ABSTRACT

The purpose of this article is to put some of the points that are part of the debate over the relationship between culture and development, up for discussion. Our prime goal is to suggest certain ideas that go against the grain of current thinking, ideas that refer to the ways in which one has debated these two terms to-date and built up a relationship between them in a rather inter-causal fashion. Thus, based on a discussion about the conditions in which culture may emerge to take on a role in the processes of production/induction/obstruction in what has been referred to as development, as well as about how the implementation of strategies, models and policies of development can take into consideration the culture variable and its effects on the collectivities defined by them as targets, we present a brief analysis of an example of consecrated discourse on the relationship we are discussing here and suggest some points for an agenda of research which those interested in the subject are invited to question and to contribute to.

Keywords

Culture; development; public policies on culture.

Introdução

Sem pretender oferecer discussões exaustivas sobre os termos, o foco deste artigo é colocar em discussão alguns pontos constitutivos do debate construído em torno da relação entre cultura e *desenvolvimento*. Nosso interesse maior é apresentar algumas ideias contra a corrente, referentes às maneiras pelas quais se tem falado sobre esses dois termos, colocados em relação de certo modo intercausal. Assim, a partir de uma discussão sobre as condições em que emerge o papel da cultura nos processos de produção/indução/obstrução do que tem sido chamado de *desenvolvimento*, bem como sobre as maneiras pelas quais a implementação de estratégias, modelos e políticas de *desenvolvimento* levam em consideração a variável *cultura* e seus efeitos sobre as coletividades por elas definidas como alvo, apresentamos uma breve análise de um exemplo de discurso consagrado sobre a relação aqui focalizada e uma sugestão de pontos para uma agenda de pesquisa em que os interessados no tema são convidados a questionar e contribuir.

O debate sobre a relação entre cultura e *desenvolvimento* é extremamente elusivo e ambíguo na medida em que os dois termos da relação são polissêmicos e sua conceituação é objeto de disputas mais ou menos explícitas. Em referência à *cultura*, há uma hesitação ligada a duas formas gerais recorrentes de defini-la: uma, que chamaremos de *ampla* ou *antropológica* – cuja cultura é vista como um conjunto de elementos que constituem o modo de vida de um povo, de uma comunidade; a outra, que chamaremos de *específica* – que define a cultura como sendo as diversas atividades ligadas às artes em todas as suas expressões. Esses dois caminhos conceituais implicam abordagens diferenciadas, que tentaremos focalizar, ainda que brevemente, neste capítulo.

Outra maneira de esquematizar as linhas em torno das quais a retórica sobre a referida relação se organiza é aludir ao enfrentamento entre o que tem sido chamado de *perspectiva hipermodernista* (Cf. RAO & WALTON, 2004: 10-11) e a corrente da *crítica cultural ao desenvolvimento*.

A primeira delas, que pode ser encontrada, por exemplo, nos trabalhos de Harrison (2000), Huntington (2000) e Landes (2000), e, em certa medida, nos discursos que fundamentam a implementação de políticas de formação para o empreendedorismo e para a inovação, seria caracterizada pela visão de que sociedades nas quais predominam culturas tradicionais teriam dificuldade em se integrar ao *desenvolvimento* em sua lógica orientada pelo mercado, apresentando, portanto, um lento e penoso processo de crescimento. O desafio a ser

enfrentado seria, de acordo com essa linha de pensamento, modificar a cultura das regiões, países, comunidades marcadas pela tradição, principalmente através da educação e dos vários tipos de mídia, no sentido de inculcar nos indivíduos um conjunto de valores favoráveis à mobilidade, ao investimento no novo, ao empreendedorismo.

A segunda perspectiva, a da crítica cultural ao *desenvolvimento*¹, tem como marca central uma visão questionadora dos discursos desenvolvimentistas euro-norte-americanocêntricos, articulados sob a orquestração, sobretudo, de economistas e de instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Nesses discursos, seria operacionalizada uma definição de cultura como sistema de controle que estabelece classificações, hierarquizações entre países, economias, regiões ambigualmente definidas como do *Norte* e do *Sul*, o que teria como consequências centrais a criação e a extensão das desigualdades entre países *ricos* e *pobres* (e, dentro deles, entre as regiões mais e menos modernizadas, ocidentalizadas), as quais resultaram em taxonomias, como as indicativas de graus de *desenvolvimento* – *desenvolvido*, *subdesenvolvido*, *em desenvolvimento* –, e num vocabulário que inclui expressões do tipo *Terceiro Mundo* e *países emergentes*.

Para Ortiz (2008), o mais interessante na avaliação da relação entre *cultura* e *desenvolvimento* não seria o posicionamento favorável ou contrário à linha de causalidade entre as variáveis que cada um dos termos indica. Mais importante seria pensar o hiato entre elas, o qual seria determinado pela diferença ontológica entre os dois fenômenos colocados em relação.

Definindo *cultura* de modo amplo e como um elemento constitutivo ontológico das sociedades, regiões, coletividades que as produzem e que nelas são produzidas, esse autor a considera algo que estaria fora da esfera da racionalidade instrumental. Somente em termos da definição de *políticas culturais*, referidas àquela maneira específica de falar sobre cultura, relativa a modelos de organização da produção, circulação e consumo das obras de arte em geral; de classificação, conservação e transmissão intergeracional do patrimônio definido pelos especialistas sob o aspecto de patrimônios artístico-culturais, é que a cultura poderia ser abordada como algo a ser *planejado*, *organizado*, *implementado*.

Por outro lado, as diversas noções de *desenvolvimento* em suas vinculações com variáveis como *crescimento econômico*, *industrialização*, *avanço tecnológico*, *progresso da ciência*, *democracia*, *sustentabilidade ambiental*, *aperfeiçoamento ético* e outras dessa natureza seriam uma invenção da(s) modernidade(s)² e pertenceriam ao domínio da racionalidade, no qual seria perfeitamente possível *planejar*, *atuar*, *implementar*, *organizar* de várias maneiras, a depender das concepções teóricas e dos posicionamentos políticos partilhados (Cf. ORTIZ, 2008).

1. Exemplos dessa linha interpretativa podem ser encontrados em Escobar (1995, 2002), Hall (1992) e Ferguson (1994, 2002).

2. O plural aqui adotado se refere à variedade dos processos e modelos de modernização historicamente constituídos, os quais têm uma matriz inicial inequivocamente eurocêntrica, mas que guardam variações histórico-contextuais específicas. Penso aqui, com Ortiz (*idem*), por exemplo, nos processos de modernização observados no Japão e nos Estados Unidos, ou no Sudeste e Nordeste do Brasil.

Vista essa distinção entre o status ontológico dessas duas categorias postas em relação mais especificamente a partir de meados do século 20, sendo a *cultura*, em sua definição *ampla*, uma variável cujo surgimento se confunde com a própria formação da espécie humana no planeta, e sendo, em sua definição estrita, junto com o *desenvolvimento*, invenções ligadas à modernidade *euro-estadunidense*, pensamos ser de importância fundamental discutir os efeitos da universalização de termos e práticas discursivas, de regimes de verdade em cujo âmbito o próprio debate teórico e aquele localizado no campo da política sobre a relação aqui focalizada têm sido realizados.

A importância dessa discussão deve ser medida em vista das consequências que as hegemonias obtidas tanto em relação aos modelos de *desenvolvimento* quanto no que concerne às concepções do papel da cultura no enfrentamento dos pontos problemáticos nas diversas coletividades têm, na medida em que determinam decisivamente os processos nos quais vivemos e construímos ideias, práticas, cotidianos e utopias de sociedade – planos de erradicação da pobreza, maneiras de pensar o turismo, a formação da educação básica e a produção acadêmica, a ciência, a tecnologia, o espaço urbano, os modelos de mobilidade e de produção em todos os setores, os modelos de relação de gênero, entre outros inúmeros elementos afetados.

O campo imanente da cultura

Cultura é uma expressão que conota tão diversos significados quantos são os autores e atores chamados a defini-la. Para alguns, pode ser definida como música, pintura, teatro, cinema e dança, sendo relacionada com atividades artísticas, de entretenimento, que chamaremos aqui de *definição estrita* (AYOADE, 1989: 5).

Os antropólogos alargam o escopo do significado dessa palavra, definindo-a como a totalidade das maneiras de viver de um povo, incluindo aspectos materiais e imateriais de sua vida, como vestuário, alimentos, crenças, maneiras de pensar, de morar, de se locomover, a linguagem, as religiões, instituições de todos os tipos, maneiras de sentir, tradições e costumes.

De acordo com Ortiz (2008), a cultura abrange todas as expressões materiais e não materiais de um povo, bem como os processos através dos quais elas são comunicadas, transmitidas, partilhadas. Ela envolveria todas as expressões e processos sociais, éticos, intelectuais, científicos e artísticos de um povo nacionalmente relacionado e normalmente ocupando e vivendo numa área geográfica delimitada, incluindo o que e como eles os transmitem. Assim, a cultura descreve semelhanças partilhadas entre pessoas dentro de um território físico ou emocional que as fazem experimentar um sentimento de unidade

e de pertencimento que geralmente se desdobra em desejos de cultivo e de transmissão intergeracional.

Destacando outro aspecto importante, Shoremi (1999: 94) afirma que *toda cultura é um conjunto de técnicas para possibilitar a convivência com os outros que dela fazem parte e com contextos a ela exteriores*. O *modus operandi* da cultura implica aquisição negociada de certos traços e de maneiras de adaptação e adequação dos indivíduos que nela nascem, o que se reflete nas coletividades por eles compostas.

Um traço que não deve ser esquecido é seu poder regulador sobre a vida dos indivíduos que nela emergem, dela fazendo parte de forma ativa e passiva, moldando, sobretudo inconscientemente, suas atitudes, valores, emoções, objetivos, corporalidades, comportamentos e sua personalidade. Os homens e mulheres, os grupos dos mais diferentes tipos por eles constituídos, existem dentro e através da mediação da cultura.

Nas décadas de 50 e 60 do século passado, o papel da *cultura* no *desenvolvimento* recebeu uma atenção considerável dos estudiosos de várias áreas e dos defensores da *teoria da modernização*. As explicações que eles produziam tomavam a noção de cultura como *um sistema autorreferente de traços que distinguem uma comunidade/região de outra* (Cf. BAUMAN, 1973: 35), baseando-se no pressuposto de que sociedades modernas e tradicionais podiam ser definidas uma em oposição à outra, sendo os traços culturais ligados ao polo da tradição um obstáculo à indução/produção do *desenvolvimento*. Uma variante dessa abordagem reconhecia os estágios intermediários, vendo a relação tradição-modernidade como um contínuo (Cf., por exemplo, LERNER, 2002).

Neste texto, gostaríamos de pensar com os leitores a partir de uma definição de cultura inspirada nos *estudos culturais*, na qual as relações de poder são o elemento conceitual central, o que se desdobra numa definição de cultura como uma rede de representações – imagens, concepções de aspectos materiais e não materiais da vida social, conversações, códigos de comportamento, e as estruturas narrativas que organizam esses elementos, os quais moldam todos os aspectos da vida social (Cf. FROW & MORRIS, 1993: viii).

Colocando as relações de poder como elemento central da conceituação de cultura, os *estudos culturais* também fornecem uma chave de análise da relação cultura-*desenvolvimento* que passa pela problematização das desigualdades globais e das metanarrativas que dão sustentação ao estabelecimento histórico de uma hierarquização dos países, culturas e seus modelos de *desenvolvimento*, em cujo âmbito as posições estruturais de poder determinam políticas de investimentos financeiros e de propostas de mudanças culturais discursivamente apresentadas como caminhos para a produção/indução do *desenvolvimento*.

A formulação proposta por Hall (1992) sobre *o Leste e o Resto* é um exemplo de articulação dessa definição de cultura aplicada ao estudo das

desigualdades globais. A expressão que ele utiliza revela as relações de poder entre as sociedades industrializadas ricas do Leste Europeu e dos Estados Unidos e os países *subdesenvolvidos* e em *desenvolvimento*, descritos como *o Resto*. Ele descreve essas relações em termos de um sistema de representações discursivas poderosamente pervasivo, que tem *construído* os países que não fazem parte das regiões citadas anteriormente como *inferiores*, e vai orientando e influenciando uma economia política que coloca em relação os *desenvolvidos*, os *subdesenvolvidos* e os *em desenvolvimento*.

Um ponto central da reflexão aqui proposta é a necessidade de desnaturalizar os discursos que constroem/constituem alguns países/algumas regiões como superiores, como modelos de imitação, os quais subjazem ao conhecimento autorizado sobre o mundo e seu funcionamento. Esse conhecimento é dominado, em termos da relação entre países, pelas imagens construídas e originadas nos países do Leste Europeu e dos Estados Unidos (também denominados *países do Norte*) sobre si mesmos e sobre *o Resto* (Cf. HALL, *idem*).

Esses discursos fundamentam a estruturação dual do planeta, segundo a qual os países do Norte, os *desenvolvidos*, se transformam na medida de comparação, sendo os outros países/regiões definidos a partir desse espelho, que projeta características como *modernização, industrialização, educação, eficiência, limpeza, democracia, urbanização, civilização, avanço, desenvolvimento, organização*, entre outras. A autodefinição dos *países do Norte* tem se transformado, no campo das decisões políticas e mesmo numa determinada área dos estudos sobre *desenvolvimento*, no modelo a ser perseguido pelos países do Sul (*subdesenvolvidos*, do *Terceiro Mundo*, *em desenvolvimento*, e, mais recentemente, os *emergentes*).

Como os *países do Norte* conseguiram impor essa hierarquização e essa autodefinição como modelo a ser seguido pelo *Resto*? Uma das respostas dadas por Hall (*idem*) aponta para a capacidade exercitada por eles de estabelecer um regime de verdade que instalou uma sintaxe, uma semântica, um vocabulário da superioridade do modelo ocidental de *desenvolvimento* para o qual contribuíram decisivamente os processos de colonização europeia.

Podemos também agregar a integração midiática global que tem disseminado o *modo de vida americano* como o sonho inescapável para todo o planeta, e, por último, a própria hegemonização de um debate construído no âmbito da teoria do *desenvolvimento*, em suas variações econômicas, sociológicas e antropológicas³. As maneiras pelas quais esse regime de verdade tem ressonâncias na reflexão das diversas disciplinas e das esferas governamentais regionais, nacionais e supranacionais sobre o *desenvolvimento* serão nosso enfoque, depois de uma breve exposição das contribuições foucaultianas às quais estamos recorrentemente aludindo neste texto.

3. É preciso também levar em consideração a reprodução dessa hierarquização dentro dos países, das regiões (em termos geopolíticos) e mesmo de instituições politerritoriais. Ver, por exemplo, as relações hierárquicas, mediadas pelas práticas discursivas e regimes de verdade específicos, entre regiões Sul/Sudeste e o *resto* – as regiões Norte/Nordeste, no Brasil; entre os *campi* universitários da sede (às vezes, a capital) e os *campi* do sertão, no caso das universidades que adotam o estilo *multicampi*, na Paraíba.

Foucault, os discursos e as relações de poder

A apresentação que fazemos da contribuição foucaultiana para a reflexão sobre a produção de discursos em geral em sua relação com o poder não tem a pretensão de ser exaustiva, porque não é esse o objetivo do texto, nem haveria espaço para isso, mas tem uma finalidade operacional: a de colocar à disposição dos leitores nosso entendimento de conceitos daquele autor, utilizados na reflexão que propomos sobre a relação entre cultura e *desenvolvimento*.

A produção dos discursos como um elemento fundamental da constituição de relações de poder foi um objeto privilegiado na obra de Foucault (1987a, 1987b e 1996). Para ele, o discurso é composto de um conjunto de ideias que condicionam as práticas sociais, devendo ser entendido como uma rede de relações na qual os sujeitos, grupos, instituições e sociedades estão envolvidos.

Na visão desse autor, o discurso não é um produto da retórica e não pode ser analisado como se faz em relação à estrutura significativa de um texto. Sendo basicamente o oferecimento de sistemas de posições a partir dos quais os emissores e alvos da prática discursiva são convocados a se posicionar, de acordo com essa perspectiva o discurso não provém de uma categoria causal, não tem uma autoria individual, não sendo produzido por algo ou alguém em especial.

Mais importante nessa formulação são as noções de mobilidade, aproximação, o modo como o discurso isola temas e objetos, e molda, reforçando ou constituindo conteúdos concretos, de acordo com “suas condições de possibilidade” (FOUCAULT, 1996: 13).

Um discurso não consistiria de uma peça completa em si mesma, contendo os elementos tradicionais, como afirmações, teses, *desenvolvimento* e conclusão, mas seria um conjunto de afirmações, de *desenvolvimentos* e conclusões que constituiriam, com a contribuição de outros discursos, o que Foucault chama de formação discursiva, que implica um conjunto de práticas discursivas, as quais têm como objetivo produzir sistemas de significados, sentidos e posições a partir das quais se fala e se escuta.

Em relação às práticas discursivas e à formação discursiva em que se produzem os significados e as classificações relativos ao *desenvolvimento*, os significados de estar no *Norte*, de estar no *Sul*; de ser *desenvolvido*, *moderno*, *industrializado*; de ser *subdesenvolvido*, *tradicional*, *rural*, do *Terceiro Mundo*; *emergente* e todo o conjunto de termos que circulam na autointerpretação e nas narrativas dos outros, tudo isso implica práticas, em lugares, em posições, através das quais as políticas das agências multilaterais e dos próprios governos, elites e o restante das populações locais se definem e se comportam em relação a si próprios e em relação aos outros.

Em resumo, uma formação discursiva inclui discursos produzidos por indivíduos em diferentes lugares institucionais. Sua organicidade não depende do fato de serem os discursos produzidos por um mesmo indivíduo, sujeito ou a partir de um mesmo lugar social. O mais importante é entender que a formação discursiva constrói uma rede de posições que podem ser ocupadas conscientemente ou inconscientemente pelos que produzem discursos em seu âmbito e pelos que são por eles *construídos*.

Ao utilizar a sintaxe, o vocabulário do discurso desenvolvimentista, o próprio uso do termo *desenvolvimento* já nos coloca dentro de um sistema de posições, tornando-nos potenciais autores de práticas discursivas que ganham significado e possibilidade de existência em referência à formação discursiva em cujo âmbito a retórica sobre *desenvolvimento* é possível (Cf. FOUCAULT, 1987a). Os discursos não se constituem como sistemas fechados, mas se estruturam a partir da interdiscursividade, importando elementos de outros discursos e os ressignificando dentro de suas redes de sentidos. Assim, por exemplo, os discursos que constroem a Europa se baseiam nos referentes à *Cristandade*, constituindo-se por tradução, paródia, adaptação dos sentidos plausibilizados naquele discurso-matriz.

Os discursos que compõem uma formação discursiva não precisam ser iguais, mas as relações e diferenças que eles estabelecem devem ter regularidade. É o que Foucault chama de *sistema de dispersão* (FOUCAULT, 1987a). Assim, os discursos sobre *desenvolvimento* e as avaliações do favorecimento ou da obstacularização que as culturas locais produzem, as falas sobre as relações entre moderno e tradicional e outros pares semelhantes são diferentes, mas reproduzem diferenças e similaridades regulares.

Essas formações são comparadas com esquemas de conceituação, matrizes de produção discursivas que servem para classificar, fazer surgir diferenças e semelhanças, para visualizar e fundamentar certa ordem de coisas, qualquer que seja ela. Entre as coisas se estabelece algo que funciona como sua lei interna, mas há também a ordem que é estabelecida pelo olhar, pela grade conceitual, pela atenção a um ou outro aspecto; e, como não poderia deixar de ser, há uma linguagem, mas ela não é requerida sob a forma da relação entre significante e significado, e sim como fruto do conjunto de condições e circunstâncias, das suas regras de formação, as quais tornam possível e regulamentam a formação discursiva: as superfícies de emergência que indicam as esferas sociais, políticas, econômicas e culturais em que ela emerge.

O campo de imanência do desenvolvimento

Desenvolvimento é uma palavra multifacetada, que tem como imediatos cognatos os termos “crescimento”, “progresso” e mais recentemente “sustentabilidade”, “humano”, “social”. Quando usada por economistas, há uma tendência para utilizar indicativos como PIB, índices de produtividade de setores de atividades produtivas, nível de *desenvolvimento* tecnológico, tudo direcionando para o alvo do crescimento econômico.

Outra vertente aponta para uma definição de *desenvolvimento* que inclui, além daqueles referentes ao campo econômico, aspectos sociais, políticos, ambientais, numa tentativa de estabelecer uma abordagem capaz de envolver aspectos quantitativos e qualitativos na definição do termo em pauta. Desse modo, *desenvolver-se* significaria não somente a *melhoria* dos aspectos materiais da vida dos indivíduos de uma determinada região/área/cultura, mas também assegurar-lhes o bem-estar social, incluindo a garantia da dignidade humana *para todos*, bem como o manejo racional, consequente – democrático, humano e ético – do meio ambiente (Cf., por exemplo, SEN, 2000; SACHS, 2004).

As ideias a respeito do que é ser *desenvolvido* brotam no imaginário das várias culturas a partir do regime de verdade instituído em torno da superioridade do *Norte* sobre o *Sul*, dos países centrais do sistema mundial do capitalismo. Assim, os padrões culturais locais sofrem as pressões inescapáveis das culturas correspondentes aos países autodefinidos como *desenvolvidos*.

No planejamento urbano, nas definições arquitetônicas, na organização dos planos de turismo, na configuração dos menus dos restaurantes, no delineamento dos equipamentos e serviços dos hotéis, na conformação das políticas de publicação científica e de operacionalização dos modelos de educação em todos os níveis, entre outras áreas da vida social, todo mundo é pressionado para adotar os modelos instituídos pela mediação de práticas discursivas possíveis no âmbito do regime de verdade estabelecido pelos países autode nominados *desenvolvidos* – os do *Norte* – a respeito do *desenvolvimento* e das maneiras de induzi-lo.

Ferguson (1994) discute como o regime de verdade em cujo âmbito florescem os discursos desenvolvimentistas cria um campo de imanência favorável à produção de versões descritivo-avaliativas sobre as comunidades, regiões, países fora do centro do capitalismo mundial, que possibilitem tanto aos agentes especializados em *desenvolvimento* – desde os ligados à macro-organização da economia mundial, como o Banco Mundial, o FMI, o BID, a própria UNESCO – quanto àqueles atuando no meso/micro nível, a saber, as diversas ONGs, os professores universitários/coordenadores de projetos de *desenvolvimento*, entre outros, conquistar sua plausibilidade.

A formação discursiva em cujo âmbito são produzidas e

disseminadas as práticas discursivas que tematizam o *desenvolvimento* colocam em operação um inconsciente social que seleciona representações dos lugares, comunidades, regiões, países, que possibilitem o encaixe entre o que os agentes especializados oferecem como projetos, modelos, estratégias e as necessidades construídas pelas narrativas advindas tanto do campo da política quanto do campo da ciência.

Essas narrativas/descrições construídas em relação a cenários nacionais, regionais e locais, apresentadas como neutras, tecnoburocráticas, funcionam como fornecedores de abundantes sinapses sociais para a constituição das agências de *desenvolvimento* em seus mais diversos níveis⁴ enquanto necessárias, imprescindíveis, e frequentemente mobilizam a culpabilização da cultura local, que passa a ser descrita como tradicional, atrasada, resistente a mudanças e pouco empreendedorista – tudo isso sendo, às vezes, traduzido em termos de posse de *baixo capital social*.

A evolução da retórica desenvolvimentista na direção da inclusão da cultura

Textos produzidos por agências multilaterais são excelentes como provedores de sintomas dos fenômenos que explicitamente buscam focalizar, ao mesmo tempo em que oferecem uma síntese de discussões e consensos estabelecidos a partir de ampla consulta internacional, em contextos marcados por relações assimétricas de poder.

O documento intitulado *Towards a UNESCO culture and development indicators suite* (2009) – (Em direção de um conjunto de indicadores sobre Cultura e *Desenvolvimento* da UNESCO) – oferece alguns elementos para entender como a retórica sobre *desenvolvimento* muda na superfície, embora no mais profundo permaneça inscrita nos regimes de verdade e práticas discursivas formulados na sua origem.

Começamos pelo início do texto:

Durante os 60 anos passados, apoiar e assegurar o desenvolvimento dos países pobres tem sido uma das principais prioridades da comunidade internacional. Investimentos significantes têm sido feitos em termos de ajuda e infraestrutura, acompanhados de modelos propostos para dar suporte ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2009: 1).

Se não houvesse a intenção de mascarar a matriz discursiva aqui implícita, o texto colocaria em relação de oposição à expressão *países pobres* a expressão *países ricos*. Usando um recurso eufemístico, destinado a mascarar o estilo que caracterizou durante muito tempo a retórica sobre *desenvolvimento*, é utilizada a expressão *comunidade internacional*, que remete a uma entidade global, sem

4. Insistimos neste ponto dos diversos níveis dos agentes especializados, como citados acima, para evitar aquela visão já devidamente criticada de pensar os problemas sociais em termos da relação entre centro e periferia, significando os países do centro e da periferia do capitalismo. Sem negar os efeitos das hierarquizações em termos de países/estados-nações, lembramos que, nas economias nacionais, entre regiões; das regiões, entre estados; nos estados, entre as cidades/microrregiões que os compõem, ou mesmo dos territórios (no sentido geopolítico), o raciocínio apresenta o mesmo poder argumentativo, guardadas as devidas proporções, evidentemente.

vestígios da hierarquia geopolítica que marca de modo indelével as relações entre países e blocos de economias nacionais.

Muitos exemplos históricos dos efeitos perversos dessa *ajuda internacional* têm sido apresentados. Os teóricos da dependência, bem como autores vinculados aos Estudos Culturais, têm mostrado as relações de força e de exploração que foram mediadas pelo que foi propagandeado como *ajuda internacional para o desenvolvimento* (ver, por exemplo, FERGUSON, 1994).

A partir de uma avaliação da história do *Desenvolvimento* escrita nos últimos 60 anos, qualquer aprofundamento pretendido obrigaria os analistas a reconhecer a preocupação com o crescimento econômico (nem sempre dos países-alvos dos programas de *ajuda internacional para o desenvolvimento*), mas de nenhuma maneira o *suporte* ao *desenvolvimento sustentável*, pelo menos no sentido que os autores desse conceito pensaram o modelo.

O documento então se volta para a questão da redefinição do papel da cultura na retórica sobre *desenvolvimento*:

Até recentemente, a cultura não tinha sido levada em consideração em tais investimentos ou modelos: realmente a ideia de que a cultura deveria desempenhar um papel importante nos processos de desenvolvimento teve uma recepção mista pelos atores e agências-chave na comunidade internacional do Desenvolvimento (UNESCO, 2009: 1).

Mais uma vez o texto busca construir uma visão neutra, asséptica dos processos de *promoção* do *desenvolvimento*, infelizmente nem sempre tão suaves. A impressão que se pode ter é de que a cultura, em geral, não tinha seu importante papel reconhecido nas formulações anteriores da retórica desenvolvimentista. Novamente a análise histórica dos usos da teoria da modernização, formulação segundo a qual a cultura podia ser considerada como aliada ou obstáculo à chegada de uma dada economia aos padrões *desejados* de industrialização, de integração com o mercado, só para citar alguns dos alvos previstos, facilmente demonstra a superficialidade da argumentação aqui apresentada.

Ao contrário do que se afirma, sempre houve nos discursos e nas práticas desenvolvimentistas uma preocupação com o reconhecimento da importância do papel da cultura. A própria disseminação da classificação que elevou os países do Norte da Europa e os Estados Unidos como modelos, e o *Resto* como *atrasados*, subdesenvolvidos, constituiu-se numa metanarrativa que penetrou de modo pervasivo as culturas de todo o mundo, com efeitos e ressonâncias poderosamente entranhados (Cf. HALL, 2000).

O que precisamos entender é como se constrói e o que significa a *nova postura* diante do papel da *cultura* nessa retórica sobre o *desenvolvimento*. Vejamos como isso é comentado no documento da UNESCO aqui analisado, no seguinte trecho, que desemboca na seção intitulada *a inclusão da cultura no desenvolvimento internacional*:

A hegemonia do modelo da Modernização foi significativamente desafiada, entretanto, pela crise econômica dos anos de 1980, quando os países em desenvolvimento foram particularmente afetados. Essa situação tanto expôs as fraquezas como levou a uma reavaliação dos objetivos e métodos da cooperação internacional para o desenvolvimento. Como um resultado, novas abordagens do desenvolvimento alargaram o foco, para incluir, junto do crescimento econômico, investimento na alfabetização, educação, agricultura e igualdade de gênero (UNESCO, 2009: 1).

No cenário da ajuda internacional para o *desenvolvimento* dos anos 1980, um dos elementos mais importantes foi o financiamento *oferecido* pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional para os chamados *países desenvolvidos*. Como afirmado acima (concordando com FERGUSON, 1994), os discursos desenvolvimentistas se constroem de maneira a encaixar as habilidades e os produtos oferecidos pelas agências internacionais de *promoção do desenvolvimento*. A retórica desenvolvimentista de então estabelecia como passos necessários ao crescimento econômico uma série de ações para incentivar a industrialização, urbanização e integração ao mercado mundializado. Os altos juros e a sangria de recursos para pagamento das dívidas, aliados às maneiras de incorporação das economias desses países ao sistema de produção mundial, ao invés de contribuir para a realização das promessas de *desenvolvimento*, agravaram os problemas sociais e as desigualdades nos *em desenvolvimento*.

A incorporação das novas variáveis à retórica desenvolvimentista, sob a bandeira da inclusão da cultura, deve ser compreendida em referência à instalação de novos pontos de encaixe com as novas habilidades das agências internacionais, as quais passam a oferecer uma nova versão para justificar a necessidade de suas intervenções visando promover o *desenvolvimento*. É interessante como o texto aponta inadvertidamente para o que parece ser a realidade da reformulação proposta:

As experiências acumuladas ao longo dos anos apontaram para a necessidade de incluir no desenvolvimento todos os fatores que aprontam as sociedades para as **intervenções** em direção da sustentabilidade (UNESCO, 2009: 2, negrito nosso).

Nesse trecho, vale a pena destacar dois pontos. O primeiro, a declaração explícita da funcionalidade subjacente às novas produções discursivas relativas ao *desenvolvimento: aprontar a sociedade para as intervenções*. É como se os efeitos dos discursos resultassem na abertura das portas para a entrada da ação interventiva dos profissionais da *promoção do desenvolvimento* (conforme argumentação apresentada acima); o segundo, a emergência do novo conceito em torno do qual as agências desenvolvimentistas em todos os níveis vão oferecer sua contribuição em termos de ações indutoras, a saber: a *sustentabilidade*.

O escopo deste artigo não comporta uma análise aprofundada do conceito do *desenvolvimento* sustentável. Sobre isso diremos apenas, concordando com o destacado por Fernandes (2003), que a emergência do modelo do *desenvolvimento sustentável*, com sua ênfase na necessidade de combinar o crescimento econômico com a gestão racional dos recursos naturais e a preocupação com a equidade social, cultura e espaço, funciona, na prática, para manter intocados o reino e o ritmo da economia mundial. Seus desdobramentos, em termos de retóricas da defesa de políticas de revalorização *das culturas tradicionais* nos países classificados como *em desenvolvimento e subdesenvolvidos*, reabastecem os pontos de encaixe das agências de *desenvolvimento* em todos os seus níveis.

Graças à mediação dos discursos sobre o *desenvolvimento sustentável*, a Amazônia tornou-se um extenso espaço para investimentos e implementação de programas, projetos e pesquisas voltados para a *preservação do meio ambiente e experiências sustentáveis*. Financiados pelo Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF (*Global Environment Facility*), vinculados ao Experimento de Grande Escala denominado Biosfera-Atmosfera – LBA (*The Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazônia*) e abrigados no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG-7 (*The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest*), entre outros, ou promovidos por universidades e centros de pesquisa (ver quadro abaixo, com lista de algumas das principais *Agências Internacionais de Cooperação para o Desenvolvimento*), a partir de 1995, na Amazônia legal, houve um aumento significativo de programas e projetos ambientais provenientes de acordos de cooperação internacional, que têm como proposta “reduzir a pobreza” e “preservar o meio ambiente” (Cf. FERNANDES, 2003; PRESSLER & PEDREIRA, 2010; VEIGA, 2008).

No exemplo da Amazônia, podemos observar como o que pode ser denominado colonização pós-moderna é realizado com a mediação suave e politicamente correta da retórica desenvolvimentista da sustentabilidade, dos discursos de *preservação do meio ambiente, do respeito às culturas locais e combate à pobreza*. Para ilustrar essa ideia, vejamos excertos desses discursos:

GTZ - Alemanha Cooperação Técnica Alemã	“Nossa missão é mudar a atual realidade através do apoio ao <i>desenvolvimento</i> e adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na Amazônia.”
USAID - Estados Unidos Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	“Nosso objetivo é assistir ao governo e à sociedade por meio de programas de qualidade que fomentem o <i>desenvolvimento</i> social e econômico sustentável, preservem o meio ambiente e que busquem mitigar a disseminação de problemas transnacionais.”
DFID - Reino Unido Departamento para o Desenvolvimento Internacional	“Nossa ação se destina a promover o <i>desenvolvimento</i> sustentável, para eliminar a pobreza do mundo.”

Adaptado de quadro elaborado por Pressler & Pedreira (2010), com base em material institucional das respectivas agências.

5. A roupagem é diferenciada, mas o sistema de diferenças replica o que estava presente na(s) matriz(es) discursiva(s) dessa retórica: o *Resto* é traduzido pela expressão *países tropicais*, que, assim como os *subdesenvolvidos*, os *pobres*, os *atrasados*, os *tradicionais*, precisariam da *ajuda internacional* para superar seus *problemas*; no da agência alemã, que prontamente, com isenção técnico-científica-burocrática, permanece a distinção entre *desenvolvidos* (capazes) e *subdesenvolvidos/em desenvolvimento* (incapazes) – aqui os analistas reconhecem o propagado *respeito às culturas tradicionais*, um dos motes da nova retórica da sustentabilidade, e às suas técnicas milenares específicas de manejo do meio ambiente, como uma pedra no meio do caminho do encaixe das práticas discursivas do modelo e a ação das agências *cooperação internacional*; no da USAID, se repete a classificação mencionada no comentário sobre o discurso da GTZ, que justifica a intervenção das agências especializadas internacionais, mas vale destacar a estratégia eufemística utilizada no trecho de finalização da citação: *que busquem mitigar a disseminação de problemas transnacionais*.

6. A partir de 1972, a UNESCO começou a estimular a realização de conferências internacionais e a produzir documentos sobre Políticas Culturais. Eis uma cronologia dos principais:

- 1975 – a Conferência Intergovernamental sobre Política Cultural na África afirmou a cultura como “uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento, endógeno, compatível e equilibrado”.
- 1982 – uma das principais consequências da Conferência Mundial sobre Política Cultural (Mondiacult), realizada no México, foi a declaração, pela Organização das Nações Unidas,

Como pode ser observado anteriormente, a semelhança e regularidade das diferenças que subjazem aos discursos ligados ao novo registro do modelo do *desenvolvimento sustentável* das agências internacionais de *cooperação internacional* (mas também aos discursos das agências nacionais, regionais e locais profissionalizadas na *promoção do desenvolvimento*) testemunham a continuidade do regime discursivo em cujo âmbito foram produzidas as práticas discursivas relativas à atualmente demonizada teoria da modernização⁵.

O que é narrado como *despertamento* para a importância da *cultura*, como vemos no trecho do documento da UNESCO citado a seguir, dificilmente incomodará a lógica inexorável do mercado, da preocupação com os índices de crescimento da economia, dos Produtos Internos Brutos:

A cultura influencia fortemente todos os aspectos da vida diária pública e privada. Ela está profundamente interligada, como todos os níveis dos processos de decisões políticos e econômicos, às mídias de massa e à educação, e aos seus impactos nas relações sociais. É ainda sua riqueza que fez com que políticas e programas de desenvolvimento sensíveis à diversidade cultural incluíssem e levassem em consideração a diversidade cultural. Um mesmo tamanho não pode servir para todos (UNESCO, 2009: 2).

Um olhar mais sistemático sobre a conjuntura atual pode nos ajudar a desmontar, a resistir a essa celebração da inclusão da *cultura* nos *programas e políticas de desenvolvimento*. Se as práticas discursivas recentes, forjadas ao longo de quase três décadas de conferências, congressos e reuniões internacionais⁶, podem se dar ao luxo de afirmar a importância de respeitar as especificidades culturais de cada coletividade, é porque o trabalho de unificação de padrões de consumo em todas as áreas da vida social tem produzido um processo intenso de padronização e homogeneização global.

Longe de vivermos um momento da história mundial em que as culturas nacionais e locais se reafirmam em sua especificidade, valor e soberania, assistimos, graças à constituição das redes planetárias de comunicação computadorizada, à exacerbação histórica da unificação dos modelos de vida em nível mundial. Não negamos a existência de ilhas de resistência e de afirmação de traços culturais autóctones em vários pontos do sistema mundial, na periferia da hierarquia entre coletividades.

Queremos chamar atenção para o fato de que a própria idealização e apologia dos traços tradicionais das culturas nacionais e regionais – a exemplo das formas de extrativismo das quebradeiras de coco, do Pará; da música de *Zabé da Loca*, na Paraíba; das cisternas de placas, no semiárido paraibano – devem ser entendidas numa rede de mercadorização constituída pelas agências multilaterais, nacionais, regionais e locais de *desenvolvimento*, nas quais o controle, a comercialização do *exótico*, do *tradicional*, do *ecologicamente correto* são acirradamente disputados (Cf. FERNANDES, 2003).

Concluindo essa breve análise, gostaríamos de citar apenas mais um trecho, para apontar uma importante tendência na recente articulação entre práticas discursivas e não discursivas relativas ao *desenvolvimento*:

Todavia, esse discurso não tem sido tão influente como poderia ser (o da inclusão da cultura nas políticas e programas de desenvolvimento), e, assim, ao invés de restringir a sua ação perspectivas à avaliação do papel que a cultura pode desempenhar no desenvolvimento, a UNESCO também defende seu uso instrumental. Ao promover a cultura dessa maneira, a UNESCO está abrindo o caminho para práticas e modelos futuros, com o objetivo final de transformá-los em um setor totalmente reconhecido do desenvolvimento. A efetividade da cultura no desenvolvimento, demonstrada através da **promoção das indústrias culturais**, por exemplo, pode aumentar a atenção dada às riquezas culturais dos países em desenvolvimento e não apenas seus recursos naturais ou o poder econômico (UNESCO, 2012: 4).

Esse trecho é bem ilustrativo de uma das maneiras mais significativas de colocação da cultura em relação com o *desenvolvimento*. Aqui entendida em seu sentido estrito, a *cultura* vem sendo priorizada como foco crucial nas agendas dos programas de *desenvolvimento*, permeando as temáticas de diversos segmentos de Estado, expandindo suas vertentes como alicerce estratégico, na medida em que é reconhecida sua potencialidade de capitalização, seu valor de mercado (Cf. MARCO, 2010).

De modo semelhante ao que ocorreu com os recursos naturais diversos, com as paisagens, com os artigos científicos, com a educação, com a saúde, todos os aspectos da vida social, que foram gradualmente transformados em mercadorias, em capital, observamos o crescimento da importância da cultura na relação com o *desenvolvimento* pela emergência do que passa a ser denominado de *economia da cultura* ou de economia do entretenimento – que inclui os resultados das atividades artísticas e intelectuais, a exemplo das indústrias fonográficas, audiovisuais, editoriais, os equipamentos culturais, como museus, teatros, cinemas e redes informáticas –, que equipara a cultura aos outros segmentos das indústrias tradicionais, no que diz respeito à lógica numérica dos grandes mercados, na incidência dos índices monetários (Cf. CANCLINI & MONETA, 1999).

Assim considerada, a cultura, como arte, ciência e filosofia, bem como no seu sentido amplo, passa a ser vista como meio de indução de *desenvolvimento*, na medida em que, gerando postos de trabalho diretos e indiretos, colocando em circulação recursos e investimentos de modo semelhante ao que acontece em outros ramos de atividades econômicas tradicionais, pode se integrar como mais uma variável do desempenho econômico de uma determinada coletividade (Cf. YÚDICE, 2004).

da década do *Desenvolvimento Cultural* (1988-1997).

- 1988 – Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o *Desenvolvimento*.
- 1991 – Resolução da ONU que criou uma Comissão Mundial Independente sobre Cultura e *Desenvolvimento*, formada de mulheres e homens importantes em diversas disciplinas, indicados por todas as regiões do planeta, para redigir o Relatório Mundial sobre Cultura e *Desenvolvimento*, e também formular propostas de longo prazo para contemplar as necessidades culturais no contexto do *desenvolvimento*.
- 1996 – Publicação do relatório *Nossa Criativa Diversidade*, no qual podem ser encontradas pesquisas e estatísticas para fortalecer a colocação da cultura como um elemento-chave das teorias do *desenvolvimento*.
- 1998 – Conferência Internacional sobre Políticas Culturais para o *Desenvolvimento* – Estocolmo, Suécia, 30 de março a 2 de abril.
- 1999 – *O Valor da Cultura* – documento de posicionamento da UNESCO, apresentado no Fórum sobre *Desenvolvimento e Cultura*, realizado em Paris.
- 1999 – *A Cultura Importa: Financiamento, Recursos e a Economia da Cultura no Desenvolvimento Sustentável*. Conferência promovida pelo Banco Mundial, em Washington, DC.
- 2004 – Relatório da UNESCO sobre o *Desenvolvimento Humano*, intitulado *Liberdade Cultural no Mundo Diverso Atual*, no qual é destacada a importância da cultura e do multiculturalismo nas políticas de *desenvolvimento humano*.
- 2009 – Relatório Mundial da UNESCO intitulado *Investindo na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural*.

Uma proposta de agenda de pesquisa

Na elaboração de sugestões para uma agenda de pesquisa sobre a temática aqui focalizada, partimos, inicialmente, do questionamento da retórica desenvolvimentista. Algumas propostas para o estabelecimento de variáveis e indicadores para medir e, a nosso ver, controlar, os investimentos locais, mas sobretudo aqueles anunciados como *ajuda internacional para o desenvolvimento*, têm sido produzidas por vários países. Nessas propostas são patentes as marcas das práticas discursivas da retórica desenvolvimentista que inspirou as estratégias históricas de *cooperação* entre os países do *Norte* e os do Resto do mundo⁷.

Nosso desafio a partir deste ponto do texto é testar a possibilidade de construir novas formas de falar sobre as dinâmicas pelas quais as coletividades podem enfrentar suas dificuldades, os problemas considerados dignos da atenção coletiva. A invenção de um léxico diferente do utilizado no discurso desenvolvimentista que se hegemonizou internacionalmente é uma tarefa central do esforço que os cientistas, bem como outros atores socialmente construídos, precisam fazer, para, inclusive, reinventar maneiras pelas quais tanto a produção artística quanto o conhecimento científico acerca da moldagem cultural dos sistemas de posições e relações de poder que conjuntos de indivíduos estabeleceram e nos quais foram e continuam sendo constituídos podem contribuir para a construção de ordens sociais mais satisfatórias para todos.

A partir desse ponto fundamental, alguns temas gerais poderiam mobilizar nossos esforços intelectuais:

- Mudanças e transições pelas quais as coletividades focalizadas estejam passando, em decorrência das transformações dos cenários internos e externos. Aqui consideramos importante, na reflexão sobre as relações de poder constituídas nos processos de discussão e de reestruturação neles forjados, a *rationale* das resistências eventualmente encontradas. Pensar nas dinâmicas que fazem emergir as políticas identitárias, suas aspirações e utopias, bem como as maneiras pelas quais as construções de subjetividades dos atores e grupos de autores envolvidos se operacionalizam, pode ser muito útil se o objetivo for realizar tudo com o mínimo possível de facismo *dentro de nós* (Cf. FOUCAULT, 1977).
- Diferenças e conflitos entre culturas e subculturas, entre as fronteiras das identidades culturais historicamente construídas.
- Contextos e cenários em que se constroem as desigualdades permanentes, em termos de estruturas, regras, limitadores, agências. Escolhas, sistemas de valores e modelos de organização social.

7. Para checar essa interpretação, sugerimos a consulta do documento Towards a UNESCO Suite of indicators on Culture and Development (2009-2010): Literature review (February 2010), disponível no link: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005_CDindicators_Literature.pdf>.

Esse documento mereceria uma análise específica, impossível de ser feita aqui pela exiguidade de espaço, por ser uma síntese das maneiras pelas quais o alegado *novo* lugar da cultura na retórica desenvolvimentista tem sido construído.

A questão do escopo das políticas culturais

Embora reconheçamos que os fatores culturais desempenham um papel importante em todas as esferas da formação de políticas públicas, às vezes limitamos nossas definições de políticas culturais como sendo direcionadas apenas para aquelas instituições públicas que atuam no setor das artes e do entretenimento. Isso significa uma definição restritiva e pouco ampla, na medida em que setoriza a focalização, ao invés de estender a definição de política cultural de modo a relacioná-la com áreas como o meio ambiente e a economia, permeadas pelos significados e valores culturais.

A conceituação de políticas culturais deveria também incluir todas as organizações, quer públicas ou privadas, envolvidas com a produção e distribuição de bens e serviços *culturais*, bem como com a gestão dos recursos culturais. Os dois setores são igualmente importantes do ponto de vista das políticas públicas, sendo melhor entendidos quando colocados em relação. Vale também lembrar que as políticas públicas se referem tanto à cultura *de massas* quanto à cultura *erudita*, ambas consideradas igualmente importantes.

Nessa área da organização da esfera da cultura (em sentido estrito), sugerimos como elementos importantes para a pesquisa especializada:

1. As políticas culturais governamentais, tanto em nível nacional quanto em níveis regionais e locais, que impactam a composição e as operações do setor cultural

Como tópicos específicos, poderíamos listar:

- As decisões relativas à alocação de recursos públicos nas instituições culturais.
- As formas de gestão dessas instituições públicas.
- O acesso à produção financiada por recursos públicos.
- A regulação das concessões de canais de mídia.
- A regulação da operação das diversas mídias – classificação, censura, etc.
- A questão dos direitos autorais na dinâmica da indústria cultural.
- As políticas culturais e as novas tecnologias de informação e comunicação.
- O bem-estar cultural como um indicador da *qualidade de vida*.
- O acesso aos recursos culturais e processos de construção de cidadanias.
- As leis gerais e regulamentações específicas concernentes à propriedade intelectual.
- O papel das artes, das instituições de produção e distribuição de bens e serviços culturais nas agendas do planejamento urbano, rural e regional.

2. As políticas culturais desenvolvidas pelas instituições culturais

As diferentes formas de considerar tanto o ambiente comercial quanto o contexto de políticas públicas nos quais elas atuam. Isso implica levantar dados sobre a articulação entre o papel que as políticas culturais das instituições públicas e privadas da cultura, no que se refere à tradução dos pontos das políticas de contextos mais amplos na dinâmica de distribuição de bens e serviços culturais. Como as comunidades distantes dos centros geopolíticos em nível local, regional e nacional são envolvidas nas iniciativas governamentais de ampliação e disponibilização das redes de comunicação e com quais consequências? Como a indústria cultural privada responde às medidas governamentais para estimular seu *desenvolvimento econômico*? Quais os efeitos das isenções tributárias como incentivo ao investimento privado na economia da cultura? Essas questões são fundamentais para entender a interface entre os governos e os níveis institucionais das políticas culturais para inclusive possibilitar a avaliação das políticas públicas na área.

3. As influências da sociedade civil organizada na formulação de alternativas de políticas culturais e seus resultados

Compondo a sociedade civil na interface com a construção das políticas culturais estão ONGs, defendendo programas culturais para determinados grupos sociais ou grupos de produtores; associações de cidadãos que atuam politicamente fazendo reivindicações na área dos padrões morais da produção cultural; fã-clubes que exercem pressão por melhores formas de apoio a tipos específicos de atividades culturais; movimentos sociais organizados lutando para manter e promover a cultura de minorias étnicas ou lutando pela igualdade de direitos relativa a gênero, orientação sexual; partidos políticos, com suas orientações na área da cultura; grupos religiosos, entre outros.

Qualquer que seja o caso, é através da ação dessas organizações que os processos de formação de política pública na área são submetidos às demandas e pressões da vida social, com suas urgências e contradições, podendo se vincular a processos de enfrentamento de problemas que as coletividades considerem dignos de atenção pública. Esses são atores reais atuando no processo de construção das políticas públicas pela enunciação das demandas coletivas e que podem servir como rotas através das quais as políticas culturais podem se conectar à vida social, ao atendimento das demandas culturais e à solução dos problemas coletivos.

4. Avaliação dos resultados das políticas culturais no que se refere à qualidade e quantidade dos bens, serviços e processos que elas contribuem para *disparar*

Isso envolve pesquisar quais as condições de acesso dos diferentes grupos sociais à produção e circulação de bens e serviços culturais. Dependendo das circunstâncias, os indivíduos podem ser vistos sob diferentes perspectivas: como produtores, mediadores, distribuidores, consumidores, como públicos ou como

comunidades-alvo. Essa variedade de perspectivas é inevitável e mesmo desejável, dada a variedade, pluralidade e complexidade das formas que os bens e serviços culturais são produzidos, comercializados, distribuídos e consumidos.

Em todo caso, porém, a pesquisa é necessária para revelar quão diferentes são os contextos abrangidos pelas políticas públicas culturais e seus impactos sobre os padrões atuais de distribuição de bens e serviços culturais, explorando, inclusive, as dimensões qualitativas das que os diferentes grupos e indivíduos experienciam, interpretam e avaliam as atividades culturais de que participam.

Para finalizar, pensamos que é necessário um esforço especial de pesquisa no que se refere à conexão entre políticas culturais e a solução de problemas das coletividades, bem como para expandir as possibilidades de realização dos indivíduos e grupos delas participantes. Há várias perspectivas a partir das quais essas conexões podem ser pensadas: as dinâmicas das indústrias culturais; a focalização dos direitos culturais e relativos à cidadania e ao respeito das diferenças; as dinâmicas da diversidade cultural; as atividades culturais no planejamento do bem-estar urbano e rural; a relação entre cultura e identidades coletivas, entre outras. Reafirmamos aqui que não se trata de *proteger* culturas, *resguardar* as identidades culturais de determinadas coletividades. No exemplo da produção cinematográfica, por exemplo, não consideramos possível, nem desejável, regular o contato, o consumo de filmes a partir das nacionalidades, todavia, o Estado pode atuar para impedir que problemas como a cartelização e a constituição de monopólios de produção e distribuição inviabilizem possibilidades de produção e circulação das produções nacionais.

As políticas culturais podem atuar, portanto, buscando garantir o respeito e as condições de existência e expressão das culturas das diversas coletividades colocadas em relação, contribuindo para combater o imperialismo e o colonialismo cultural em qualquer nível: evitando, nas universidades, a sobrevalorização de linguagens e campos de circulação da produção científica em detrimento às vezes dos próprios, a partir dos quais a produção regional e nacional se origina; no campo do gênero, combatendo o sexismo, o heterocentrismo, além de todas as formas de racismo e discriminação.

As políticas culturais públicas podem atuar para construir espaços nos quais o entendimento liberal e plural da cultura prevaleça! Não há espaço para nenhuma ilusão de neutralidade associada à palavra cultura, como também a expressões como *problemas da coletividade*. Em tempos de integração cultural global, as políticas culturais públicas desempenham um papel de alta relevância no estabelecimento de regras que garantam equidade e igualdade de direitos nas relações entre formas diferentes de viver, ao mesmo tempo em que podem contribuir para a aproximação das coletividades das utopias relativas a todas as áreas da vida social que elas forem capazes de construir.

§

Referências Bibliográficas

- AYOADE, J.: The cultural debate in Africa. *The Black Scholar*, 20: 5, 1989.
- BARON, Dan. *Alfabetização cultural – a luta íntima pela transformação da humanidade*. São Paulo: Alfabê, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Culture as Praxis*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.
- CANCLINI, Néstor García & MONETA, Carlos Juan (orgs.). *Las industrias culturales en la integración latinoamericana*. México: Grijalbo, 1999.
- CRUSH, J. (ed.) *Power and Development*. London & New York: Routledge, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. *The Problematization of Poverty: the Tale of Three Worlds and Development*. In: Susanne Schech & Jane Haggins (eds.). *Development – a Cultural Studies Reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002.
- FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito*. In: Marcionila Fernandes & Lemuel Guerra (orgs.) *Contra-Diálogo do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. pp. 131-169.
- FERGUSON, James. *The Anti-Politics Machine: “Development”, Despoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Minneapolis & London: Oxford University Press, 1994.
- _____. *The Constitution of the Object of Development: Lesotho as a “Less Developed Country*. In: Susanne Schech & Jane Haggins (eds.). *Development – a Cultural Studies Reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002.
- FOUCAULT, M. A. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.
- _____. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987b.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Preface*. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977, pp. 21-26.
- FRON, J. & MORRIS, M. (eds.) *Australian Cultural Studies: a Reader*. St. Leonards, NSW, 1993.
- HALL, Stuart. *The West and the Rest: Discourse and Power*. In: S. Hall & B. Giebens (eds.) *Formation of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- HARRISON, L. E. *Introduction: Why culture matters*. In: *Culture matters: How values shape human progress*. L. E. Harrison & S. P. Huntington (eds.) New York: Basic Books, 2000.
- HERMET, Guy. *Cultura e Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- HUNTINGTON, S. P. *Foreword: Cultures count*. In: *Culture matters: How values shape human progress*. L.E. Harrison & S. P. Huntington (eds.) New York: Basic Books, 2000.
- LANDES, D. S. *Culture makes almost all the difference*. In: *Culture matters: How values shape human progress*. L. E. Harrison & S. P. Huntington (eds.) New York: Basic Books, 2000.
- LERNER, Daniel. *Modernization Ideals*. In: Susanne Schech & Jane Haggins, *Development – a Cultural Studies Reader*. London: Blackwell, 2002.
- MARCO, Kátia de. *A profissionalização dos setores culturais*. 2010. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/setoresculturais-KatiadeMarco.pdf>>. Acesso em: abril de 2012.
- MBAKOGU, Ifeyinwa Annastasia. *Is There Really a Relationship Between Culture and Development?* In: *Anthropologist*, 6(1): pp. 37-43, 2004.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e Desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.politicasculturais-semrevista.ufba.br>>. Acesso em abril de 2012.
- PRESSLER, Neusa & PEDREIRA, Anna Elisa Pedreira. *Discurso e Experiência das Agências de Cooperação Internacional na Amazônia*. In: *Anais do XXXIII C.B.C.C. – Caxias do Sul, RS – 2010*.
- RAO, Vijayendra & WALTON, Michael (eds.). *Culture and Public Action*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHOREMI, M.: “The concept of culture”. pp. 88-105. In: *The Science of Society: A Sociological Introduction*. M. Shoremi, P. Edewor & O. Olutayo (eds.). Centre for Sandwich Programmes (ESAP), Ogun State University, Ago-Iwoyi, 1999.
- SCOTT, James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale U. Press, 1985.
- UNESCO. *Towards a UNESCO culture and development indicators suite (2009-2010)*. Disponível em: <http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/creativity/pdf/culture_and_development_indicators/C+D%20Indicator%20Bibliography.pdf>. Acesso em: abril de 2012.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

Recebido em 9/4/2013
e aceito em 4/6/2013